

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT01.081

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DA ATUAÇÃO DO PROFESSOR EM SALA DE AULA

Jorge Ivan dos Santos¹

RESUMO

O número de estudantes com necessidades especiais tem crescido anualmente nas escolas públicas do município de Pedro do Rosário - MA, modificando a dinâmica da escola e a rotina do professor em sala de aula, frequentemente sem a formação envolvida para tal função. Este artigo sugere uma avaliação da formação dos professores e da educação especial, com o objetivo de debater os desafios que esses educadores enfrentam na Unidade Integrada José Mousinho Silva. A investigação de natureza qualitativa e quantitativa foi realizada através da avaliação de legislações em vigor e da obtenção de dados através de um questionário semiestruturado digital, enviado aos professores por e-mail. É importante destacar que este estudo teve como objetivo investigar uma parte da situação atual deste professor da sala de recursos, focando especificamente em suas dúvidas, necessidades e como ele interage com os professores da classe regular. O objetivo do estudo foi identificar as dificuldades que esses professores enfrentam ao lidar com estudantes com deficiência, e verificar se as escolas que possuem esses estudantes possuem a estrutura necessária para incluí-los. A pesquisa foi realizada na Unidade Integrada José Mousinho Silva, situada na cidade de Pedro do Rosário, no Maranhão. Durante o diagnóstico, foram identificadas diversas

1 Mestrando do Curso de Ciências da Educação – UNADES – Universidade Del Sol – PY – info@unadees.edu.py;

dificuldades, tais como a ausência de experiência e treinamentos na área, o que acaba afetando o público do qual é alvo.

Palavras chaves: Formação de professores. Educação Inclusiva. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), alinhada à Constituição Federal de 1988, a educação inclusiva foi firmada como um direito garantido a cada indivíduo. O capítulo V da LDB define a educação especial como uma forma de ensino oferecida prioritariamente nas escolas regulares, voltada para alunos com necessidades educacionais específicas. Essa orientação enfatiza a ideia de igualdade e diversidade, planejando a capacitação apropriada de professores, a estrutura física e os materiais didáticos para que tudo funcione de verdade.

Em seu trabalho de 2009, Pletsch enfatiza que:

“A capacitação de professores, seja na formação inicial ou contínua, ainda não atende especialmente às necessidades da educação inclusiva, gerando insegurança e desafios para os professores ao lidarem com a diversidade existente nas salas de aula.”(PLETSCH), 2009.

Pesquisas, a exemplo das de Pletsch (2009), Almeida e Orlando (2015) e Barros, Brito e Guedes (2017), mostram que, mesmo com o progresso das leis, os obstáculos continuam, em especial quanto à formação inicial e permanente dos professores, que muitas vezes não é suficiente para enfrentar a complexidade das práticas inclusivas. Além disso, existe a grande quantidade de trabalho, a falta de ajuda especializada e os problemas na estrutura das escolas, tornando difícil dar a atenção necessária à variedade de alunos nas salas de aula.

A pesquisa aconteceu em Pedro do Rosário e teve como propósito analisar os maiores problemas que os professores do ensino fundamental e médio enfrentam. O foco foi o tipo de preparo, tanto o inicial quanto o constante, que eles precisam para conseguir incluir todos os alunos nas aulas. O que motivou a pesquisa foi perceber que, mesmo com as leis e o que o governo fala sobre inclusão, ainda existem muitas dificuldades para colocar isso em prática nas escolas.

O principal objetivo foi entender quais são os desafios para preparar os professores para lidar com a inclusão nas escolas. A ideia era mostrar onde a formação inicial falha, quais são os problemas dos cursos de atualização e como as condições de trabalho dos professores afetam a qualidade da educação inclusiva.

O estudo se baseou no exame de textos legais e diretrizes da área de educação, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e de guias do Ministério da Educação, além da aplicação de um questionário virtual. Esse formulário, direcionado a professores do começo do ensino fundamental, continha perguntas de múltipla escolha e abertas que ajudaram a identificar as opiniões dos professores sobre sua capacitação, os problemas que encontram e o quão prontos estão para lidar com alunos com necessidades especiais.

As respostas mostraram que, em geral, os professores não acham que a formação que tiveram os preparou bem para trabalhar em ambientes inclusivos; a falta de treinamento constante, focado e planejado aumenta a incerteza diante dos desafios da diversidade; o excesso de trabalho e a falta de ajuda especializada dificultam a criação de métodos de ensino eficazes; mesmo com os desafios, vários professores notam progressos na discussão sobre inclusão, e ressaltam a necessidade imediata de cursos de formação e apoio técnico que tornem possível o ensino inclusivo.

Os dados revelam que, apesar das medidas tomadas no âmbito jurídico e nas instituições, a distância entre o que a lei determina e o que acontece nas escolas persiste, sobretudo na capacitação dos professores e na estrutura física necessária para que a inclusão se concretize.

Percebe-se que garantir uma educação inclusiva de qualidade vai além de seguir as normas, requerendo um envolvimento ético e pedagógico com a pluralidade humana. O estudo enfatiza a importância de investir na formação constante, em apoio especializado e em adaptações na estrutura, para que a escola seja, de fato, um local onde todos participem ativamente.

Sendo assim, as ações do governo devem dar prioridade à valorização dos professores, aumentando as chances de treinamento e oferecendo boas condições de trabalho. Apenas desse modo será possível transformar a ideia de inclusão em algo real, assegurando que todos os alunos, sem importar suas condições, tenham acesso a um aprendizado justo, acessível e excelente.

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido na Unidade Integrada José Mousinho Silva, onde se reuniram informações sobre os estudantes com necessidades especiais. O estudo foi conduzido de maneira interativa, permitindo a identificação dos pontos fortes e fracos desses estudantes, com o objetivo de tentar resolver algumas dificuldades.

A escola José Mousinho Silva, situada na Rua do Sol, nº 48 – Centro - Pedro do Rosário MA, conta com uma sala de recursos que atende alunos com diversas necessidades. O principal desafio é que os professores não recebam qualquer tipo de treinamento ou formação específica para a sua prática pedagógica.

Este estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa para atingir alguns dos objetivos propostos:

- **Local de estudo:** A Unidade Integrada José Mousinho Silva, uma instituição de ensino que aderiu ao processo de inclusão através de recursos próprios, em parceria com a prefeitura local, realizou uma pesquisa e negociações com aproximadamente 30 estudantes portadores de necessidades especiais. Todos esses estudantes estão inscritos em uma classe regular e em um turno alternativo.
- **População:** Esta pesquisa envolveu 35 docentes e o coordenador pedagógico, identificando alunos com diversas necessidades. Vale ressaltar que apenas 5 dos participantes possuem formação na área de inclusão.

- **Coleta de dados:** 35 professores responderam a questionários investigativos online acerca das dificuldades no que diz respeito à formação na área da Educação Inclusiva.

Ao analisarmos algumas situações, podemos chegar à conclusão de que o processo de inclusão social só pode ser realizado de maneira conjunta, trazendo vantagens para a família como um todo, dando prioridade à permanência dos estudantes em sala de aula.

A abordagem utilizada neste estudo destaca a relevância das formações iniciais e continuadas. Elas são fundamentais para apoiar o professor em sua prática de ensino inclusivo, fornecendo-lhe diversos conhecimentos para que, com eles, possam lidar com essas particularidades, tornando assim o aprendizado mais relevante.

Vale ainda destacar que, mesmo em estudos que utilizam métodos quantitativos, uma análise qualitativa se mostra crucial para uma interpretação detalhada dos resultados. Portanto, este estudo utilizou uma metodologia mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos.

Depois de instalar as informações relevantes, os dados foram triangulados para garantir maior confiabilidade e validade às interpretações. Depois, as causas identificadas foram examinadas de acordo com as hipóteses propostas durante a investigação, possibilitando um entendimento mais abrangente e crítico das características observadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos principais obstáculos identificados no contexto da educação inclusiva refere-se à insuficiência de capacitação dos professores para o atendimento de estudantes com deficiência. A maioria dos docentes envolvidos em estudos recentes relata a ausência de formação específica e de cursos de aperfeiçoamento direcionados a essa demanda. Tal lacuna na formação continuada exige significativamente a qualidade do serviço educacional, gerando insegurança entre os educadores frente ao

uso de metodologias adequadas. Além disso, limita a criação de estratégias pedagógicas adaptadas, o que reflete diretamente na efetividade da implementação de práticas inclusivas nas escolas (ALMEIDA; ORLANDO, 2015; REASE, 2025).

A ausência de políticas sistemáticas para a formação continuada voltada para a educação inclusiva constitui ainda um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições escolares brasileiras. Apesar dos avanços legislativos, como previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), observa-se uma discrepância significativa entre as normativas oficiais e a realidade vivenciada pelos docentes em sala de aula (BRASIL, 1996; JRG, 2024).

No que tange à estrutura física e pedagógica das escolas investigadas, verifica-se a persistência de lacunas importantes. Embora algumas instituições contem com salas de recursos multifuncionais, o acesso a materiais didáticos adaptados permanece inacessível para muitos estudantes com deficiência.

Ademais, a adequação arquitetônica e a disponibilidade de recursos tecnológicos assistivos ainda são insuficientes, limitando a acessibilidade plena desses alunos (JOSÉ MOUSINHO SILVA, 2025). O apoio técnico-pedagógico, fundamental para auxiliar o professor da sala regular, mostra-se ainda deficitário, obstaculizando o processo de ensino-aprendizagem e comprometendo o desenvolvimento integral dos estudantes com necessidades educacionais especiais (PNE, 2014).

Outro ponto crítico apontado é a fragilidade da interação entre o professor da sala de recursos e os docentes do ensino regular. A ausência de um diálogo e contínuo de um planejamento colaborativo entre esses profissionais prejudica a criação de práticas pedagógicas integradas que atendem à diversidade dos alunos. A articulação efetiva entre os diferentes membros da comunidade escolar é condição necessária para o avanço da educação inclusiva (DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008).

Essas lições alinham-se com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que enfatizam a necessidade da formação continuada dos professores, da articulação pedagógica e da disponibilização de apoios especializados como elementos centrais para a promoção da inclusão escolar efetiva (MEC, 2008). Contudo, a discrepância entre as políticas públicas e a realidade concreta exige investimentos mais consistentes, que devem abranger programas permanentes de capacitação docente, infraestrutura adequada, aquisição de tecnologias assistivas e o fortalecimento da rede de suporte pedagógico.

Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) lançou cursos de formação continuada com foco na educação inclusiva, destinados a atender aproximadamente 1,25 milhão de professores da educação básica, fortalecendo a capacitação para a prática inclusiva e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras e inclusivas (MEC, 2024). Tais iniciativas reforçam a importância da articulação entre teoria e prática para a transformação da escola em um espaço verdadeiramente democrático, que reconheça e valorize a diversidade humana.

Tabela 1 – Principais dificuldades relatadas pelos professores no atendimento a alunos com necessidades especiais,

Categoria de Dificuldade	Frequência Relatada (%)	Descrição
Falta de formação específica	85%	Professores não possuem capacitação em Educação Especial.
Ausência de materiais adaptados	70%	Falta de recursos pedagógicos acessíveis para alunos com deficiência.
Estrutura física inadequada	65%	Salas de aula e acessos não adaptados para alunos com mobilidade reduzida.
Pouca articulação entre sala regular e recursos	60%	Falta de planejamento conjunto entre professores regulares e de AEE.
Dificuldade de lidar com múltiplas demandas	55%	Desafio de conciliar o trabalho pedagógico com diferentes perfis de alunos.

Fonte: Dados da pesquisa realizada na Unidade Integrada José Mousinho Silva (2025)

A análise dos dados expostos na Tabela destaca os principais obstáculos que os professores enfrentam ao atender alunos com necessidades educacionais especiais, expondo deficiências estruturais, pedagógicas e formativas que afetam diretamente a implementação da educação inclusiva. Note-se que a ausência de formação específica é o aspecto mais frequentemente recomendado, com 85% dos professores relatando isso.

Esse dado indica que muitos profissionais ainda não têm a formação necessária para trabalhar de forma eficaz na Educação Especial, o que prejudica o planejamento e a prática pedagógica voltada para a diversidade. Esse O contexto destaca a importância de investir constantemente na formação inicial e continuada dos docentes, garantindo que eles tenham acesso a conhecimentos teóricos e metodológicos voltados para a inclusão.

Em segundo lugar, 70% dos professores apontaram a falta de materiais adaptados como um obstáculo importante. A ausência de recursos pedagógicos acessíveis, como materiais em braile, tecnologias assistivas, jogos adaptados e instrumentos visuais ou táteis, prejudicar a participação ativa dos estudantes e restringir a criação de estratégias de ensino oferecidas.

A estrutura física envolvida se destaca como outra dificuldade significativa, relacionada a 65% dos participantes. Esse índice mostra que muitas escolas ainda não possuem rampas, banheiros adaptados, sinalização adequada e móveis acessíveis. Isso limita a autonomia e a mobilidade dos alunos com deficiência, indo contra os princípios de acessibilidade universal definidos pela lei educacional atual.

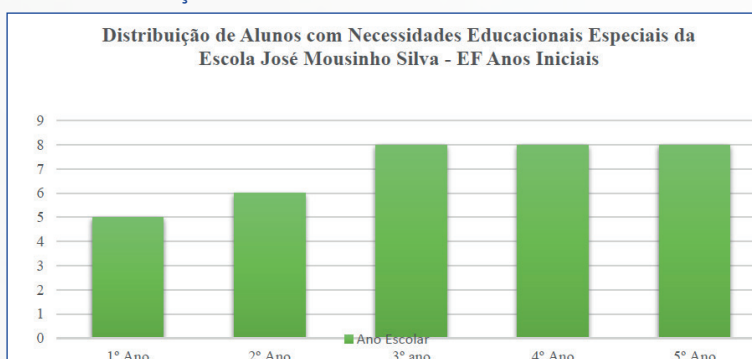
Outro Aspecto relevante é a falta de integração entre a sala regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), apontada por 60% dos docentes. A falta de integração e planejamento colaborativo entre esses espaços pedagógicos prejudicando a continuidade do aprendizado e a eficácia das iniciativas inclusivas, destacando a importância de cooperação e a interdisciplinaridade entre os profissionais da educação.

Por fim, 55% dos professores apontaram a dificuldade de lidar com diversas demandas na sala de aula, o que está ligado à complexidade de atender de maneira justa aos alunos com diferentes perfis e necessidades no mesmo ambiente escolar. Destacamos a relevância de políticas públicas que assegurem melhores condições de trabalho, ampliadas do número de estudantes por turma e apoio pedagógico contínuo.

Em resumo, os dados indicam que as principais dificuldades para a inclusão escolar estão ligadas à inadequação da formação dos professores, à ausência de recursos e infraestrutura e à falta de práticas colaborativas entre os profissionais que participam do processo educacional. Para superar esses obstáculos, é necessário fortalecer as políticas de formação, investir em infraestrutura acessível e promover uma cultura escolar que reconheça a diversidade como um princípio educativo essencial.

Diante das informações obtidas na escola alvo da pesquisa, constatou-se que a escolas em relação a estudantes com necessidades educacionais especiais, mostrou os seguintes números:

Gráfico 1: Distribuição de alunos do AEE na escola José Mousinho Silva.



Fonte: Dados da pesquisa realizada na Unidade Integrada José Mousinho Silva (2025)

O gráfico mostra a distribuição de 35 estudantes com necessidades educacionais especiais inscritos nos primeiros anos do Ensino Fundamental - Anos Iniciais da Escola José Mousinho Silva. Note-se que a maior parte dos estudantes está nos terceiros, quartos e quintos anos, cada um com

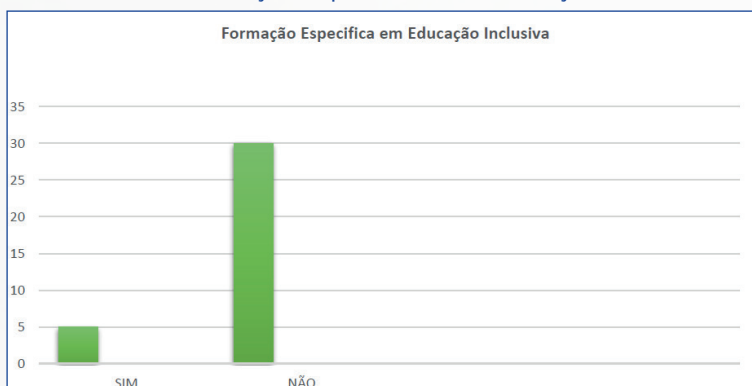
um total de 8 alunos inscritos. Esta informação pode sugerir um aumento na permanência ou continuidade desses alunos nas séries iniciais dos anos iniciais, o que pode refletir tanto progressos no processo de inclusão quanto a demanda por suporte pedagógico constante nesses níveis.

O segundo ano tem 6 estudantes, enquanto o primeiro ano tem o número mais baixo, com 5 estudantes inscritos. Essa divergência pode estar ligada a fatores como a entrada mais tardia desses estudantes na escola, o recente diagnóstico das necessidades educacionais especiais, ou até mesmo obstáculos no acesso nos primeiros anos escolares.

Em geral, os dados indicam uma distribuição bastante equilibrada, contudo, destacam a importância de a escola manter uma estrutura integrada, com profissionais construídos e estratégias inclusivas consistentes, principalmente nas séries com maior número de estudantes.

Quanto à formação específica na área de educação especial e inclusão obtivemos os seguintes dados dos 35 professores dessa escola obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 2: Formação específica em Educação Inclusiva.



Fonte: Dados da pesquisa realizada na Unidade Integrada José Mousinho Silva (2025)

A avaliação dos dados indica que apenas um pequeno grupo de docentes entrevistados tem formação específica em Educação Inclusiva, representando cerca de 14% do total. A maioria, aproximadamente 86%, afirmou não ter essa formação.

A avaliação dos dados revela uma situação alarmante para a implementação da educação inclusiva. Com 86% dos docentes entrevistados afirmando não ter formação específica no campo, nota-se uma deficiência significativa na capacitação dos professores para atender às diversas necessidades educacionais. A falta dessa capacitação afeta diretamente a qualidade da inclusão, tornando mais difícil a implementação de métodos de ensino adaptados, a formação de ambientes receptivos e a promoção de um ensino justo. Além disso, prejudica a execução das políticas públicas que garantem o direito à educação para todos. Portanto, a ausência de formação específica representa um grande empecilho para a criação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

De acordo com Almeida e Orlando (2015), o treinamento dos professores deve ser fundamentado em uma perspectiva crítica e reflexiva, que capacite o educador a lidar com a diversidade em sala de aula, incentivando práticas de ensino inclusivo que considerem como necessidades de todos os alunos.

Esta avaliação destaca a relevância de um ensino voltado para esses estudantes. A maioria desses alunos que integram do 1º ao 5º com uma faixa etária de 6 a 12 anos nessa referida escola com a qualidade adequada exigida por suas particularidades. Isso nos leva, mais uma vez, à relevância na formação de professores que estão lidando diretamente com essa realidade adequado dos professores que estão em contato direto com essa situação.

Nas informações obtidas por meio do questionário fornecido aos docentes, observe-se os resultados a seguir:

Tabela 2 – Principais desafios apontados pelos docentes quanto à educação inclusiva.

Aspecto Avaliado	Percentual de Respostas (%)
Formação inicial insuficiente	68%
Insegurança para lidar com a inclusão	68%
Falta de formação continuada	72%
Ausência de AEE nas escolas	64%
Falta de recursos/inclusão estrutural	64%

Fonte: Dados da pesquisa realizada na Unidade Integrada José Mousinho Silva (2025)

Nos dados coletados através do questionário enviado aos professores da Unidade Integrada José Mousinho Silva, observe-se os seguintes resultados: a maioria dos participantes declararam não ter recebido, durante sua formação inicial, materiais específicos sobre educação inclusiva ou estratégias de ensino direcionadas ao atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais. Aproximadamente 68% dos docentes afirmaram sentir-se inseguros ou despreparados para enfrentar a diversidade na sala de aula, evidenciando uma grande deficiência na formação pedagógica ministrada pelos programas de licenciatura.

Além disso, 72% afirmaram não ter acesso regular a treinamentos contínuos sobre inclusão, enquanto 64% apontaram a falta de profissionais de suporte, como o docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas instituições onde trabalham. Outro aspecto importante apresentado foi a percepção dos professores de que a infraestrutura física e os recursos pedagógicos existentes nas instituições de ensino ainda são insuficientes para satisfazer as necessidades de inclusão.

Esses dados indicam que, apesar da legislação brasileira estabelecer orientações claras para uma educação inclusiva, ainda persiste um descompasso entre as políticas educacionais e a realidade vivenciada pelos professores. Conforme Mantoan (2006), a inclusão não se concretiza apenas por meio de alterações legais, mas também requer alterações na capacitação dos professores, nas práticas de ensino e no apoio fornecido às instituições de ensino. Assim, torna-se evidente a urgência de investimentos em formação de docentes e suporte institucional que garantam uma inclusão efetiva de todos os alunos no ambiente escolar.

A capacitação de docentes tem sido um ponto crucial para garantir a efetividade deste processo. No entanto, surge uma pergunta fundamental: os docentes se sentem aptos a trabalhar com esses estudantes sem a assistência de profissionais especializados ou suporte externo? Esta questão procura compreender como os professores percebem suas competências e recursos à disposição para atender de maneira adequada às necessidades educacionais de estudantes com necessidades especiais.

Diante disso apresentaremos algumas justificativas fornecidas pelos professores, fornecendo uma visão geral dos obstáculos, desafios e táticas que eles empregam na busca por uma educação inclusivamente eficaz. Dentre essas justificativas estão:

“Sinto-me capacitado em certos campos, porém a ausência de um suporte especializado restringe minha atuação.” Penso que poderia melhorar minha formação, especialmente em aspectos mais específicos de cada tipo de deficiência.”

“Apesar de ter participado de cursos sobre inclusão, reconhecemos que existem desafios que exigem mais suporte externo. Sem uma equipe especializada ao meu lado, não me sinto totalmente capacitado.”

“Sinto-me razoavelmente apto, porém compreendo que é necessário acompanhar todos os estudantes com necessidades especiais de maneira eficiente sem a assistência de um profissional de apoio.”

“Tenho confiança em trabalhar com todos os alunos, mas para oferecer o suporte adequado a alunos com necessidades especiais, é essencial contar com auxiliares ou outros profissionais.”

“Sim, sinto-me apto, contudo, de acreditar que a prática e a orientação de um especialista são fundamentais para o progresso desses estudantes.”

“Com a formação que obtive, possuo habilidades para lidar com essas questões, contudo, reconheço a ajuda externa como essencial para um trabalho mais eficiente.”

“Não me sinto completamente apto sem o auxílio de outras pessoas.” Apesar da minha experiência, considero crucial a assistência especializada para garantir que os estudantes recebam a atenção necessária, especialmente em tarefas mais específicas.”

“Tenho boa vontade e me esforço ao máximo, mas sem o apoio de especialistas, tenho a sensação de que não posso estar proporcionando a melhor estratégia possível para esses estudantes.”

“Sim, sinto-me bem, mas reconheço que a assistência de especialistas externos pode potencializar ainda mais a minha atuação, especialmente em situações mais complexas.”

Com base nos dados examinados e nas declarações dos docentes, fica claro que, mesmo com os progressos nas políticas públicas direcionadas à educação inclusiva, ainda existem muitos obstáculos a serem vencidos na prática pedagógica diária. A deficiência de treinamento específico, a escassez de recursos, o excesso de trabalho e a falta de suporte institucional são elementos que afetam diretamente a efetividade da inclusão escolar.

No entanto, os relatos positivos indicam que, com investimento em educação contínua, planejamento planejado e suporte de uma equipe multidisciplinar, a inclusão se torna viável e vantajosa para todos os participantes não somente para os estudantes com necessidades educacionais especiais, mas para toda a comunidade escolar.

De acordo com Gomes (2017), a implementação da educação inclusiva no Brasil ainda encontra vários obstáculos, principalmente em relação à capacitação adequada dos docentes e falta de suporte pedagógico constante nas instituições de ensino. O escritor ressalta que, apesar de existirem leis que garantam o direito à inclusão, muitas vezes elas não se materializam na prática diária das escolas, gerando assim diferenças entre a teoria sugerida pelas políticas públicas e a realidade vivenciada pelos professores em sala de aula.

Mediante as informações de extrema importância tivemos os seguintes dados fornecidos pelos professores através de um questionário digital e obtivemos as seguintes respostas:

Questionamento	Resposta
Como você lida com alunos que têm dificuldades de aprendizagem ou necessidades específicas em sua turma?	50% disseram adaptar as atividades por conta própria.
	45% disseram que pedem ajuda a colegas ou à coordenação.
	5% disseram seguir com o planejamento sem muitas adaptações.

Questionamento	Resposta
Você se sente preparado para adaptar atividades e avaliações para atender alunos com deficiência?	9,1% disseram que sim, totalmente preparado. 72,7% disseram parcialmente, com algumas dificuldades 13,6% disseram que não se sentem preparados. 4,5 disseram que nunca precisou.
Quais são os principais desafios que você encontra ao tentar incluir todos os alunos nas atividades escolares?	4,5 disseram que falta de formação na área. 40,9% disseram que falta de recursos pedagógicos e apoio. 40,9% disseram que há um número elevado de alunos por turma 13,6% disseram que há a necessidade das opções anteriores.
Você conhece as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva?	22,7% disseram que sim, conheço bem. 72,7% disseram que já ouviram falar, mas não conheço em detalhes. 4,5 disseram que não conhecem, mas gostaria de conhecer.
Já teve contato com profissionais de apoio (intérprete de Libras, AEE, psicopedagogo etc.)?	50% disseram que sim, algumas vezes. 4,5% disseram que tiveram poucas vezes e sem muito envolvimento. 45,5% disseram que nunca tiveram contato.
De que forma você acredita que a formação continuada poderia ajudá-lo(a) a lidar melhor com a diversidade em sala de aula?	40,9% disseram que ajudaria a compreender melhor os alunos. 40,9% disseram que ofereceria estratégias práticas para o dia a dia. 13,6% disseram que seria importante para trabalhar em equipe com os profissionais de apoio. 4,5 disseram estar de acordo com todas as opções anteriores.
Você já adaptou algum conteúdo ou metodologia para atender melhor um aluno com deficiência?	13,6% disseram que sim, com sucesso. 68,25 disseram que sim, mas tive dificuldades. 13,6% disseram que não, nunca precisei. 4,5 disseram que não, por falta de orientação.

Questionamento	Resposta
O que você entende por “educação inclusiva”?	27,3% disseram inserir alunos com deficiência em escolas regulares. 68,2% disseram adaptar a escola para atender a todos os alunos, com ou sem deficiência. 4,5% disseram não ter clareza sobre o conceito.
Que tipo de suporte você gostaria de ter na escola para atender melhor seus alunos com necessidades educacionais especiais?	13,6% disseram que precisam de formação continuada e específica. 27,3 disseram que precisam do apoio de profissionais especializados.
	13,6% disseram precisar de materiais pedagógicos adaptados. 45,5% disseram que precisam de todas as alternativas anteriores.
Você acredita que a inclusão beneficia apenas o aluno com deficiência ou toda a turma?	4,5 disseram que apenas o aluno com deficiência. 77,3% disseram que toda a turma se beneficia. 13,6% disseram que depende do caso. 4,5 disseram não saber opinar.

Os resultados obtidos por meio do questionário indicam que, embora os professores reconheçam a relevância da inclusão escolar, enfrentam desafios formativos e estruturais significativos para sua implementação eficaz. Cerca de 50% dos docentes se adaptam às atividades de forma autônoma, enquanto 72,7% relatam sentir-se apenas parcialmente preparados para atender alunos com deficiência.

Os obstáculos mais frequentemente mencionados incluem a insuficiência de recursos pedagógicos, o elevado número de alunos por turma e a ausência de formação específica adequada. Além disso, 72,7% dos professores declaram possuir um conhecimento superficial das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, o que evidencia a necessidade de ampliar a divulgação e profundidade dessas orientações.

Outro aspecto relevante é o contato limitado com profissionais de apoio especializados, uma vez que 45,5% dos docentes informaram nunca ter tido essa interação, fragilizando as práticas colaborativas fundamentais para a inclusão.

Apesar dessas dificuldades, a maioria demonstra uma compreensão adequada do conceito de educação inclusiva (68,2%) e acredita que a inclusão beneficia toda a turma (77,3%). Esses dados sugerem uma predisposição dos professores à inclusão, contudo, ressaltam a urgência de investimentos na formação continuada, oferta de recursos pedagógicos e ampliação do suporte especializado para consolidar práticas inclusivas no cotidiano escolar.

Em resumo, o cenário revela que, embora haja reconhecimento da importância da inclusão e dos esforços para adaptações pedagógicas, persistem limitações estruturais, formativas e de cooperação profissional. Portanto, torna-se necessário fortalecer políticas públicas de formação docente continuada, ampliar o acesso a materiais e suporte técnico-pedagógico, bem como promover uma cultura escolar inclusiva pautada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade como componente essencial do processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender a realidade dos estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados na Unidade Integrada José Mousinho Silva, especialmente no ensino fundamental. Por meio da análise de dados e dos depoimentos de professores, foi possível identificar tanto o número desses alunos quanto os desafios enfrentados no cotidiano escolar, revelando um cenário complexo que exige atenção urgente.

Constatou-se que, embora a legislação nacional assegure o direito à educação inclusiva, a prática ainda está distante do ideal. Os docentes relataram dificuldades relacionadas à ausência de formação específica, à superlotação das salas de aula, à escassez de recursos pedagógicos adequados, bem como à falta de profissionais especializados, como os do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas limitações repercutem diretamente na autoestima dos estudantes, que muitas vezes se

percebem incapazes diante das exigências escolares, reforçando sentimentos de exclusão.

A inclusão escolar, entretanto, não pode ser reduzida à matrícula em turmas regulares. Ela demanda um processo contínuo de mudanças pedagógicas, estruturais e culturais. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que os professores enfrentam inseguranças significativas por não contarem com apoio técnico e pedagógico, sentindo-se isolados no enfrentamento de situações que exigem metodologias diferenciadas. A ausência de um processo formativo contínuo acentua essas dificuldades e compromete a qualidade do ensino ofertado.

Outro ponto destacado refere-se à importância da corresponsabilidade no processo inclusivo. A inclusão não deve ser entendida como tarefa exclusiva do professor regente, mas como um compromisso coletivo que envolve gestores, equipe pedagógica, profissionais do AEE, famílias e até mesmo os colegas de classe. Sem esse esforço conjunto, o peso recai integralmente sobre os docentes, contribuindo para o desgaste profissional e para a percepção de que não é possível avançar.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que políticas públicas mais efetivas sejam implementadas. Investimentos em infraestrutura, contratação de profissionais especializados, aquisição de tecnologias assistivas e, sobretudo, em formação continuada de qualidade são fundamentais para transformar a realidade encontrada. A escola pesquisa reflete a situação de muitas instituições públicas do país, nas quais a inclusão ainda é um desafio marcado por limitações de ordem material, pedagógica e humana.

Além dos entraves, este estudo permitiu observar que a presença de alunos com necessidades especiais também representa uma oportunidade de crescimento coletivo. A diversidade em sala de aula pode favorecer a construção de valores como respeito, solidariedade e cooperação, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para a vida em sociedade. Assim, é essencial que a inclusão

seja vista não apenas como uma obrigação legal, mas como um processo enriquecedor para toda a comunidade escolar.

Conclui-se que o caminho para uma inclusão efetiva passa pela valorização da formação docente. Investir em programas permanentes de capacitação, que articulem teoria e prática, é condição fundamental para que os professores se sintam preparados e apoiados no trabalho com a diversidade. A escola inclusiva só será possível quando as diferenças forem reconhecidas como parte constitutiva do processo educativo, e não como obstáculos à aprendizagem.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam subsidiar novos estudos e ampliar o debate sobre a educação inclusiva. Ao evidenciar os desafios enfrentados por professores e estudantes, busca-se sensibilizar gestores, autoridades e instituições formadoras para a urgência de mudanças estruturais e pedagógicas. Mais do que uma conclusão, este trabalho constitui um convite à reflexão e à ação, reafirmando a necessidade de construir, de forma coletiva e permanente, uma escola que seja verdadeiramente inclusiva e democrática.

A pesquisa destaca que o número de estudantes com necessidades especiais está crescendo, mas os professores frequentemente não recebem formação adequada para a inclusão. Uma pesquisa, qualitativa e quantitativa, investiga as dificuldades dos professores em atender esses alunos, focando em suas necessidades, falta de treinamento, estrutura escolar e colaboração entre profissionais. Observa-se que apesar dos avanços legais, existem lacunas significativas na formação contínua e na infraestrutura escolar, o que limita a efetividade da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; ORLANDO, V. *Educação inclusiva: desafios e possibilidades na formação docente*. São Paulo: **Editora Educação Atual**, 2015.

ALMEIDA, R.; ORLANDO, V. **Formação de professores para a educação inclusiva**. São Paulo: Editora Educação Atual, 2015.

ALMEIDA, R.; ORLANDO, V. ***Título da obra em itálico***. Local de publicação: Editora, 2015. BARROS, M.; BRITO, A.; GUEDES, L. ***Título da obra em itálico***. Local de publicação: Editora, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Art. 205. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Ministério da Educação, **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**, MEC, 2008.

GOMES, Cláudio Roberto. **Educação inclusiva: desafios e possibilidades na formação docente**. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 6, n. 2, p. 123-135, 2017.

JOSÉ MOUSINHO SILVA. **Unidade Integrada José Mousinho Silva**. Pesquisa sobre formação docente e educação inclusiva, 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MEC – **Ministério da Educação**. Lançamento de curso de formação continuada em educação inclusiva para professores da educação básica, 2024.

PLETSCH, Marcia Denise. **Educação inclusiva e formação de professores: desafios da prática docente nas escolas públicas.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 345-354, set./dez. 2009.